

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS NA PERSPECTIVA DA EA CRÍTICA

Resultado de Pesquisa

Silvia André Oliveira da Silva¹

Ronualdo Marques²

Carlos Eduardo Fortes Gonzalez³

Resumo

Este resumo tratou-se de uma pesquisa qualitativa por meio da análise dos PPP - Projetos Políticos Pedagógicos - de três colégios do campo, localizados na região metropolitana de Curitiba/PR. A pesquisa teve como objetivo identificar nos PPP as concepções do pensamento freiriano para uma EA emancipadora. Para isso elencamos dois pressupostos: a relação ser humano-mundo e dimensão crítica da educação. Observou-se que embora a EA apareça nos PPP, ela não toma a dimensão crítica, sendo meramente mencionada, seja dentro do currículo disciplinar ou em forma de projetos descontextualizados.

Palavras Chave: Educação Ambiental Crítica; Projeto Político Pedagógico; Concepções freirianas.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) tem sua origem vinculada aos movimentos ambientais da década de 60–70, quando a crise ambiental tornou-se um assunto amplamente discutido, de tal forma se fez necessário pensar numa nova construção da relação sociedade–natureza por meio de ações educativas ambientais. No entanto, a discussão do que viria a ser a Educação Ambiental trouxe conceitos e abordagens diferentes em relação à posição sociocultural dos países (FILHO *et al.* p.3). Segundo Dias (2003), os países desenvolvidos apoiavam uma Educação Ambiental que não mostrasse as mazelas ambientais, sociopolíticas, culturais, étnicas e ecológicas. Ou seja, uma EA que não fomentasse uma visão crítica do sistema capitalista vigente.

¹ Prof.^a do Estado do Paraná. Mestranda do PPGFCET - Programa de pós-graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica da UTFPR. Curitiba, PR. <silviasuca@hotmail.com>.

² Prof. do Estado do Paraná. Mestrando do PPGFCET - Programa de pós-graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica da UTFPR. Curitiba, PR. <ronualdo.marques@gmail.com>.

³ Prof. Dr. do PPGFCET - Programa de pós-graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica. Departamento de Química e Biologia da UTFPR, Curitiba, PR. <cefortes@utfpr.edu.br>.

Em 1977, a UNESCO em conjunto com a PNUMA realizou a primeira conferência intergovernamental sobre EA, conhecida como Conferência de Tbilisi, principal marco da EA. Os princípios da Declaração de Tbilisi têm influenciado os rumos e as discussões sobre EA e, principalmente, manifestam a preocupação quanto à formação de profissionais capacitados para enfrentar e superar os problemas socioambientais da população.

Neste sentido compreende-se que o desafio da EA seja propor por meio da práxis um maior entendimento da relação homem/natureza, por meio de uma visão crítica almejando uma melhor qualidade de vida para a população.

Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo identificar nos PPP (Projetos Políticos Pedagógicos) as concepções do pensamento freiriano (FREIRE, 1996) para uma EA crítica. Para isso elencam-se dois pressupostos presentes na obra do referido autor: a relação ser humano-mundo e a dimensão crítica da educação. Para a análise dos PPP foram escolhidos três colégios do campo localizados na região rural de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba/PR. A escolha pelos colégios do campo se justifica devido a sua clientela estar mais integrada à natureza, uma vez que a grande maioria dos educandos e familiares tiram seu sustento da agricultura, desta forma faz-se necessário investigar como as questões socioambientais e as vivências da comunidade constam nesses documentos.

ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Nas análises dos PPP buscou-se encontrar as relações ser humano-mundo e dimensão crítica da educação nas disciplinas do componente curricular. A pesquisa será de cunho qualitativo e análise documental. Ao analisarmos os referidos documentos nos deparamos com uma matriz curricular fragmentada e descontextualizada. Em apenas um documento a EA aparece como projeto “Um olhar sobre o meio ambiente”, que segundo o PPP tem como objetivo geral “*Estimular novos hábitos, atitudes e comportamentos que conduzam a um relacionamento mais harmônico entre nossa espécie, as outras espécies, o meio ambiente e o planeta como um todo, por meio de ações práticas para que ocorram mudanças de comportamento*”. No que concerne à metodologia do projeto, esse aparece descontextualizado e de forma reducionista, pois visa apenas à prática de cultivo por meio da implantação de uma horta escolar. No que tange à EA crítica, não se nota nenhum elemento explícito na metodologia ou referência às concepções emancipadoras, o que torna evidente a falta de reflexão sobre a ação desenvolvida. Nesse mesmo documento não se nota a inserção da EA nas matrizes curriculares das disciplinas, apenas referência quanto à obrigatoriedade do cumprimento da Lei 9.795/99 (BRASIL, 1999) que estabelece orientações acerca da Política

Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Este item, porém, só foi citado na disciplina de Ciências.

Os outros dois documentos mencionam a PNEA, mas não apresentam nenhum item que se possa enquadrar como parâmetro para uma EA crítica, pois, apenas fazem referências à EA em algumas disciplinas, na forma de menção à obrigatoriedade da Lei. Outro item notado é que nesses documentos mesmo a EA sendo citada, não foi encontrada fundamentação teórica ou referências quanto à forma como seria desenvolvida, no que tange ao desenvolvimento nas disciplinas ou em forma de projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão, destaca-se a importância da construção coletiva dos PPP, bem como a importância de um real debate quanto à prática pedagógica inerente à EA. Sendo assim, torna-se preocupante não encontrarmos elementos de uma EA crítica como a relação ser humano-mundo e dimensão crítica da educação em nenhum dos documentos analisados, o que evidencia a falta de reflexão dos professores sobre os aspectos da EA. Portanto, entende-se que a construção de uma EA crítica não é algo simples, mas uma construção complexa, e que a mesma não pode ser tratada nos PPP de forma estanque e reduzida a projetos, mas sim de um vínculo comum de forma interdisciplinar. Ressalta-se ainda que seja de máxima importância a participação da comunidade escolar nas atividades de EA desenvolvidas e que estas devem propiciar o diálogo e favorecer as discussões sobre as questões ambientais tanto a nível local quanto global.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 28/04/1999.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 8ª ed. São Paulo: Gaia, 2003.

FILHO, L.V.S. Análise de Projetos de Educação Ambiental a partir de seus princípios. **IV Encontro Nacional da Anppas.** Brasília – DF. 4,5 e 6 de junho de 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.